

Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR



Airto
Ferronato



Tiago
Albrecht



Gilson
Padeiro



João
Bosco Vaz



Roberto
Robaina

035ª CEFOR Audiência Pública 22OUT2024

Pauta: Audiência Pública para apresentação e debate da Lei Orçamentária Anual 2025 – LOA.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): (10h19min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul. Bom dia a todos e todas, eu quero registrar as presenças, além desde vereador; do Ver. Tiago Albrecht; do Ver. Gilson Padeiro; do Ver. João Bosco Vaz; do amigo Bruno, nosso Secretário-Adjunto; e da Sra. Sandra Quadrado, Superintendente da Receita Municipal. Já vamos chamar para a composição da Mesa, vamos aguardar os nomes completos que estão chegando, mas já quero agradecer pela intensa e expressiva presença de todos, nesta manhã, aqui na nossa CEFOR.

Depois do resultado eleitoral – que não foi dos mais agradáveis, no que diz respeito a mim, mas a gente volta em breve, logo estaremos de volta –, esta é a primeira reunião da nossa Comissão de Finanças, cujo edital de audiência pública teve a assinatura do Ver. Mauro Pinheiro, Presidente. Procederei à leitura do edital (Lê.):

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais, COMUNICA, à comunidade Porto-Alegrense, com

base no art. 48, § 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e art.35, inciso II, e art. 37, inciso I, alínea "c", do Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre, que a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do MERCOSUL – CEFOR –, realizará Audiência Pública para apresentação e debate da Lei Orçamentária Anual 2025 para o Município de Porto Alegre, no dia 22/10/2024, às 10h, na Sala de Reuniões nº 302, da Câmara Municipal de Porto Alegre, na Av. Loureiro da Silva nº 255, Bairro Centro Histórico. Porto Alegre, 08 de outubro de 2024. **VEREADOR MAURO PINHEIRO**, Presidente.

Este edital foi publicado no DOPA em 10/10/24 e no Jornal do Comércio, de 14/10/24.

Convidamos para compor a Mesa: o Sr. Assis Olegário, do Simpa; o Sr. Lino, do FMDCA.

Estão presentes também o Sr. Enio Moraes; Sr. João Figueiredo; Sr. Eduardo Flech; Sr. Salimar Cauduro; Sr. Trindade Souza; Sr. Luiz Carlos Moraes; Sr. Bruno Caldas; Sra. Débora Freire; Sr. Jorge Lucio Domingos; Sra. Macrônia Luiza Machado dos Santos; Sra. Isadora Pinto da Silva; Sr. Itacir Flores; Sr. Miguel Ângelo; Sra. Elaine Silveira; Sr. Jairo Almeida; Sra. Sandra Marlusa, da Receita; Sra. Adriana Vasconcelos Duarte; Sr. João Pedro Miranda Mendes; Sr. Carlos Augusto Machado; Sr. Hélio Augusto de Oliveira; Sra. Silvia Nilceia Gonçalves; Sr. Jorge André Carrion; Sr. Henrique Eichler; Sr. Anderson Rodrigues; Sra. Cindi Sandri; Sra. Elisabete Charão; Sr. João Ezequiel; Sr. Luís Carlos de Almeida; e Sra. Silvia Fernandes.

O Sr. Bruno, nosso Secretário, está com a palavra.

SR. BRUNO CALDAS: Bom dia a todos e a todos vereadores. Eu queria agradecer o convite para apresentação da última LOA desta legislatura. Agradecer ao Presidente Airto Ferronato e aos demais membros – Ver. Tiago Albrecht, Ver. Gilson Padeiro, Ver. João Bosco Vaz – pela possibilidade de apresentarmos, antes da votação em plenário, a lei orçamentária para o primeiro ano do governo seguinte, para o primeiro ano da legislatura seguinte.

Agradecer também aos demais participantes principalmente às equipes do planejamento, com o diretor Jorge Carrion, e aos demais membros da diretoria. E também ao pessoal da Secretaria da Fazenda que aqui estão representados pela diretora Sandra Quadrado.

A LOA de 2025 é uma LOA com elevado grau de incerteza. Este governo começou com Covid e terminou com uma enchente, e o governo que vem terá que reconstruir boa parte da cidade que foi combalida pelos danos que a água causou nos meses de maio e junho na nossa cidade. Por causa disso, nós possuímos um elevado grau de incerteza tanto na receita, quanto na despesa. Isso significa que muitas das despesas e das receitas podem não ocorrer ao longo de 2025 ou, ao contrário, podem ocorrer numa medida superior ao que se espera tanto maior arrecadação, quanto maior demanda por serviços que estão talvez até represados ou que estão incertos. Mas, devido à reconstrução da cidade, que não é algo estatal, direcionada, ocorre muito mais de maneira orgânica porque os próprios negócios privados irão se rearranjar ao longo do ano de 2025 e nos próximos anos, gerando pressão por serviços em regiões que nós não esperávamos. Ao mesmo tempo em que certas regiões – talvez até por abandono do da iniciativa privada – tendem a precisar ser restauradas pelo setor público. Então a LOA de 2025 reflete muito isso nas principais despesas.

Eu gostaria então de começar pela Receita e passar a palavra para a representante da Fazenda, Sandra, para fazer primeiro as considerações sobre os agregados do lado da arrecadação.

SRA. SANDRA MARLUSA SEVERO QUADRADO: Bom dia a todos. Quero também agradecer a oportunidade da realização desta audiência pública. Cumprimento os vereadores eleitos, reeleitos e também aqueles que ainda que não tenham conseguido uma renovação dos seus mandatos certamente seguirão trabalhando em prol dos porto-alegrenses porque fazem disso uma missão de vida. Também cumprimento todos os municipais aqui presentes, autoridades que compõem a mesa e demais colegas que nos acompanham.

Vou falar brevemente sobre a receita. Como o Bruno já colocou, a gente tem uma série de questões em aberto. Mas a gente vai trazer brevemente aqui algumas considerações sobre o que a gente tem de previsão para 2025. Na parte da receita tributária, a gente tem uma estagnação na comparação a 2024 com um decréscimo pequeno de 0,16%. Muito em decorrência dos benefícios da

calamidade que a gente vai sofrer uma redução significativa de arrecadação em 2025 para IPTU e taxa de coleta de lixo. A estimativa de não arrecadação, ou seja, o que a gente vai deixar de ter de ingresso nos cofres públicos nesses dois tributos foi estimada na ordem de R\$ 174 milhões e boa parte disso vai ser absorvido em 2025.

Nas receitas de ITBI também a gente não tem uma previsão de um incremento de receita, muito considerando que a taxa Selic, apesar dos esforços para redução, ela ainda está em um patamar elevado, tornando as taxas de juros tanto para os adquirentes de imóveis, quanto para o setor de construção civil ainda muito elevados.

Já no ISS felizmente, apesar das perdas que a gente teve muito significativas nos meses de maio e junho, a gente tem perspectiva, sim, de incremento de arrecadação nesse tributo. O ISS tem crescido ano a ano; essa é uma das questões que a gente sempre discutiu muito no âmbito da reforma tributária, por ser uma receita tão importante para os municípios. Em 2023, o ISS teve um crescimento real de 9,48%, e, no ano, apesar das perdas, como já referi, devido à calamidade, a gente tem tido uma recuperação nos meses seguintes, já a partir de julho, agosto, com um crescimento real acumulado no ano de 3,9%. Isso nos leva a crer, através de modelos que aplicamos de regressão linear, considerando o histórico de arrecadação, que teremos um incremento de arrecadação, um crescimento em torno de 9% em 2025.

Nas receitas do Imposto de Renda, o Município tem receitas sobre as quais aplica retenções, tanto sobre a folha quanto sobre os contratos. Então, a gente também tem uma previsão de incremento pelos reajustes de preços de serviços, além do próprio aquecimento vegetativo de folha. Isso, então, refere-se à receita tributária, receita própria que nós administramos.

Em relação às transferências correntes, nossas principais transferências administradas são do Fundo de Participação dos Municípios, sobre o qual também temos uma perspectiva de incremento. A Secretaria do Tesouro Nacional informou que as políticas públicas do governo federal devem aumentar a arrecadação do Imposto de Renda e do IPI, que compõem esse fundo. O dado

divulgado é que preveem um incremento de R\$ 20,4 bilhões já em 2024, o que deve ser seguido no próximo ano. Então, a gente tem uma previsão também de incremento nessa receita.

O ICMS também apresenta, felizmente, uma previsão positiva de arrecadação para 2025, apesar das perdas enfrentadas durante os períodos de calamidade. Esse tributo também tem se recuperado fortemente. O Estado divulgou uma previsão de variação real acumulada no ano, através da LOA, com um incremento de 14,4%, e, aqui no Município, temos uma previsão de 12,32%. A estabilidade do Índice de Participação do Município de Porto Alegre indica que a gente deve absorver também um incremento, mais ou menos, nessa faixa.

O IPVA já é um tributo que tem se mantido estável nos últimos anos, portanto, não apresenta uma variação significativa.

SR. BRUNO CALDAS: Bom, então, a Sandra apresentou muito bem os principais detalhes das receitas próprias, que têm bastante gerência e gestão da nossa Secretaria da Fazenda. Agora, eu apresento os outros agregados da arrecadação, que somam a arrecadação esperada para o ano de R\$ 12,3 bilhões. Além dos impostos e taxas mencionados, existem as receitas de contribuições oriundas dos servidores, para as quais esperamos um incremento de 9%, proveniente da folha e do aumento vegetativo da folha, além das nomeações. Há uma leve queda na receita patrimonial, que é oriunda dos juros do próprio Previmpa, e esperamos, no ano que vem, uma leve queda na taxa de juros, o que acaba impactando na receita dos recursos investidos pelo Previmpa. Nós temos um leve incremento em torno de R\$ 7 milhões, ou menos de 1%, na receita de serviços, que é principalmente do DMAE. Depois, nós temos outras receitas correntes, que são multas e infrações oriundas da SMAMUS ou da EPTC.

Já nas receitas de capital, que são as principais receitas que financiarão a reconstrução da cidade, nós temos uma expectativa de aumento de 19% nas receitas de operações de crédito, totalizando R\$ 637 milhões, oriundos de financiamentos que estão em fase de aprovação, sendo que boa parte espera-

se ser aprovada até o final deste ano. Também temos outras receitas de capital, que são algumas transferências oriundas para investimentos de outros entes da federação. Tudo isso totaliza os R\$ 12,3 bilhões esperados de arrecadação para o ano que vem, um incremento de 6% em relação à LOA de 2024. Notem que na arrecadação própria, que são impostos e taxas, nós superamos uma variação negativa de R\$ 6 milhões, ou seja, tem um equilíbrio nominal em relação à 2024 na arrecadação. Se considerarmos em termos reais, nós temos uma queda de arrecadação, muito por causa da reconstrução da cidade e da menor dinamicidade do setor privado ao longo do próximo ano. A questão, em termos de mínimos constitucionais, para que a gente tenha uma visão mais panorâmica do orçamento: primeiro, o mínimo constitucional para a educação é 25% e está no PLOA 27,44%; e o mínimo para a saúde é 15% e está 18,5%. Também foi colocado, de maneira cheia, o repasse à Câmara Municipal de 4,5% da receita tributária. A reserva parlamentar para as emendas impositivas, de 0,65% da RCL, também está reservada no orçamento. Além disso, a reserva obrigatória de contingência, de 0,15%, e as obrigações da Prefeitura referentes ao Previmpa, bem como sentenças e acordos judiciais. Todos esses percentuais foram obedecidos para a LOA de 2025, o que, claro, acaba dando uma engessada no orçamento. Nós conseguimos ver aqui que do recurso total de R\$ 12,3 bilhões, tirando os recursos vinculados, são financiamentos, recursos fundo a fundo, R\$ 5,7 bilhões. Tirando o tesouro, que são recursos também vinculados de autarquias, como TCL, DMLU e DMAE, R\$ 1,2 bilhões. Nós temos de tesouro livre, ou seja, recursos que podemos utilizar, entre aspas, livremente, R\$ 5,3 bilhões. Desses R\$ 5,3 bilhões, 27,5% dos 100% vão para a educação, 18% para a saúde, para a Câmara, reservas. Aí temos que fazer os pagamentos da dívida dos financiamentos, sentenças judiciais, a folha, encargos de 5,5%, sobram, então, 14,3% do tesouro para serviços. Então, não são 14,3% do orçamento, são 14,3% dos R\$ 5,3 bilhões que estão em torno de 600 a 700 milhões para entrega de serviços oriundos de todos os órgãos, desde os serviços assistenciais, como a FASC, até serviços urbanos, passando por moradia, por serviços de obras, como a SMOI, pelas parcerias SMGOV, e até os serviços da

EPTC. Notem que o orçamento tem muitas caixas que nós precisamos satisfazer antes que possamos fazer as entregas dos serviços na ponta. São R\$ 5,7 bilhões de recursos vinculados, financiamentos, SUS, fundos, etc. Recurso fundo a fundo do SUS, Fundeb da educação ou financiamentos internacionais que a gente recebe.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível)

SR. BRUNO CALDAS: Não, vai também para salário, vai para... (Ininteligível.) ...da máquina. Esse valor final de R\$ 600 milhões ali é tirando o pessoal, tirando tudo o que seria, por exemplo, serviços de terceiros, financiados pelo tesouro, entende? Tem serviço de terceiro financiado por dinheiro do SUS, por dinheiro do Fundeb. É o tesouro, é do que nós arrecadamos, o que a gente pode utilizar para serviço. Porto Alegre é uma cidade que depende pouco de recursos de terceiros em relação aos outros municípios. Os outros municípios, se for olhar a última linha do tesouro livre, em município de 5 mil habitantes praticamente não tem arrecadação própria, é tudo recurso fundo a fundo ou Fundeb.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Eu estou perguntando sobre a diferenciação do primeiro quadrado, de R\$ 5 bilhões, para o debaixo. Então, desse verdinho ali, que é o que Porto Alegre arrecada, a Constituição carimba o mínimo de 25% educação e 15% saúde?

SR. BRUNO CALDAS: Exato, perfeito. A maneira que o orçamento é feito: primeiro, faz-se o cálculo das despesas compulsórias, que são as despesas fixas, como, por exemplo, pessoal e dívida; depois, as administrativas, que não podemos deixar de ter, como administração geral, inversão financeira e as com características de pessoal, como, por exemplo, vale e encargos, além de processamento de dados; depois, as entregas finalísticas, que são os serviços atualmente ofertados à população e são mantidos; e, por último, se há margem

no orçamento, o espaço para incremento ou novas despesas com o objetivo de entregar serviço à população.

Olhando por eixo, que é uma maneira que esse governo tem utilizado para tentar caracterizar os gastos, nós vemos que, para 2025, o foco é menos em gestão, com incremento de 2,43%; serviços públicos com incremento de 2,62%, porque nós tivemos bastante incremento em serviços nos últimos anos. Se vocês forem ver ali na LOA 2023, foram R\$ 1,97 bilhão; e em 2024, R\$ 2,29 bilhão; foi incremento considerável de mais de R\$ 300 milhões, de 2023 para 2024, e agora, para 2024/2025, é uma manutenção e o incremento na retomada da cidade, do ponto de vista econômico e social. Então, desenvolvimento econômico com incremento de 10%, um incremento de 13%.

Aqui olhando as despesas por natureza, que é outro recorte do que a gente já fez. Antes foi recorte por eixo, antes disso, um recorte por tipo de obrigatoriedade da despesa, e agora um recorte pela natureza, nós vemos que, para 2025, temos uma expectativa de incremento de pessoal em cargos de 6,4%, um declínio de juros e encargo da dívida, e também da amortização, oriundo dos cronogramas de financiamentos nacionais e internacionais, com declínio de 28%. O incremento em serviços, via ODC, de R\$ 430 milhões, 9,6%, e um leve incremento em investimentos de R\$ 2,0 milhões, 0,2%.

Para o ano que vem, o orçamento com recursos próprios da Prefeitura está muito parecido com o de 2024, a maior parte do incremento mesmo vem de financiamentos internacionais e de algum recurso fundo a fundo, que naturalmente incrementa ano após ano, mas não muito, são SUS e Fundeb.

Quais são os principais destaques? No ano que vem, obviamente, é de reconstrução da cidade: reconstrução das áreas diretamente impactadas, mas também das áreas indiretamente impactadas. Muita gente perdeu bens imóveis, e muitas pessoas também perderam seu sustento, porque ficaram sem trabalhar durante um bom tempo. Então, nós precisamos reconstruir a cidade e, alinhado com isso, há os financiamentos internacionais. Para o ano que vem, são esperados mais de R\$ 636 milhões de investimentos; para os próximos dez anos, mais de R\$ 5 bilhões para reconstrução da cidade. Além disso, nós temos

uma parceria alinhada para construção do novo Hospital Materno-Infantil Presente Vargas, parceria com a iniciativa privada. Nós temos também a retomada da PPP, Escola Bem-Cuidada, com o objetivo de melhorar a gestão também na educação. Nós temos autorizados reajustes de pessoal e também de contratos, conforme o ingresso da receita. É um ano muito incerto, 2025, logo essa autorização permite, caso a receita responda além do esperado, fazer reajuste, e governo que vem vai poder, então, negociar com o Simpa e com os outros com os outros sindicatos os reajustes ao longo do ano que vem. A reserva do Orçamento Participativo foi colocada de R\$ 20 milhões, assim como estava em 2024, e foram mantidos os cuidados com a zeladoria da cidade, os serviços públicos ofertados à população e os programas de desenvolvimento social e econômico, para a legislatura do ano que vem.

É importante frisar que a gestão do ano que vem tem o PPA, que faz a ligação entre as gestões, então, o último PPA é 2025, de 2022-2025, esses quatro anos fazem a ligação entre os objetivos de gestão. Então, na primeira gestão do ano que vem, vai ter a LOA e vai ter o PPA também do governo que assumiu em 2021 para fazer o encaixe com PPA ao longo de 2026/2027/2028 e 2029.

E aqui, com relação às emendas impositivas, reservados R\$ 58,7 milhões do orçamento do ano que vem; R\$ 1,6 milhão por parlamentar; R\$ 815 mil para a saúde; e R\$ 815 mil para os demais eixos. Isso está na reserva parlamentar. E, agora, a partir dos próximos dias, nós teremos um auxílio aos vereadores e aos seus assessores para fazer as emendas aprovadas na LOA, 20 emendas que estão na LDO, apresentando até 720 emendas individuais com o valor mínimo, por emenda, de R\$ 20 mil, exceto para a saúde, que podem ser destinadas a entidades que devem ser acompanhadas de CNPJ, declaração de utilidade pública e plano de trabalho e com um beneficiário para cada emenda apresentada.

Número máximo de emendas: 20 emendas e 20...

A capacitação vai ocorrer entre os dias 17 e 24 de outubro para os assessores de todos os vereadores. Temos um manual para elaboração de emendas, já começaram algumas reuniões de capacitação e teremos uma sala aqui na

Câmara, com suporte presencial, durante todo o período de apresentação das emendas, e isso quem fará será a diretoria de programação orçamentária, liderada pelo Carrion.

Então nós teremos, nos próximos dias, a avaliação da LOA. Com relação à limitação das emendas, foi o que estava lá na LDO, que foi aprovado pela Câmara de Vereadores, e algo que facilita a gestão das emendas. A gente tem muita dificuldade de cumprir essas emendas, porque muitas vezes são picotadas, valores baixos, e isso dificulta muito a entrega do resultado. Muitas vezes, o objetivo com a emenda é distribuir valores a para população se beneficiar, mas com um número muito elevado de emendas, a máquina acaba ficando prejudicada, não conseguindo entregar. Limitando em 20, faz sentido, porque assim fica mais racionalizada a distribuição de recursos, não tão pulverizada, e a máquina consegue dar conta e vencer. Muitas vezes, o valor da emenda era inferior ao custo que a gente tinha para executar, a mão de obra para executar era muito grande. De fato essa existiam essas situações, o objetivo é aperfeiçoar o aprendizado, aperfeiçoar a entrega das emendas para que a gente consiga de fato chegar na entidade, para que não sejam emendas vazias, que acabam muitas vezes não sendo executadas.

Então eu queria agradecer a todos pela presença, e agora ficamos abertos aos questionamentos, por favor.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Eu quero dizer a Vossa Excelência que nenhuma emenda dos vereadores aqui é emenda vazia, porque quando a emenda impositiva tem problema, ela volta para Câmara e os vereadores corrigem a emenda e só aí então... Não tem emenda vazia. O que os senhores fizeram bem, foi dar um mínimo para cada emenda, porque realmente tinha vereador que fazia 30 emendas de R\$ 1 mil, aí não tem como pagar.

SR. BRUNO CALDAS: Tem emendas que mesmo dando viabilidade, o valor da emenda é inferior ao custo de executá-la. Uma emenda que custa R\$ 50 mil para executar, eu pago R\$ 1 mil.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Nós sabemos disso, já na última vez...

SR. BRUNO CALDAS: Isso é desperdício de recurso público.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Já no ano passado não aconteceu isso. Já não aconteceu. Agora foi uma falta de sensibilidade não ter conversado com os vereadores para definir essa questão do número de emendas, porque no ano passado todos os vereadores, com o dinheiro livre para a saúde, todas as entidades necessárias, tipo Instituto de Cardiologia, que está praticamente quebrado, todos os vereadores deram dinheiro. Aí agora, sorrateiramente, entre a campanha eleitoral, descumpra isso...

SR. BRUNO CALDAS: Mas não está impedido dar emenda para o Cardiologia, o senhor pode dar R\$ 800 mil para o Cardiologia se o senhor quiser, não tem problema...

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Meu amigo, tu estás entendendo o que eu estou dizendo.

SR. BRUNO CALDAS: Eu entendi...

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Você... Não, você, sorrateiramente...

SR. BRUNO CALDAS: Todos podem dar R\$ 800 mil para o Cardiologia...

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Vocês, sorrateiramente, juntaram as emenda da saúde para dar 20 emendas para todo mundo.

SR. BRUNO CALDAS: Sorrateiro é uma palavra forte, vereador.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Não, e é forte mesmo; é forte mesmo, porque vocês tinham que ter conversado conosco...

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Vamos concluir essa discussão!

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Vocês tinham que ter conversado com os vereadores aqui, vocês não respeitam os vereadores.

SR. BRUNO CALDAS: Foi conversado com...

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Não, não, não foi não, vocês mandaram para cá, tanto que os nossos relatores ali, também em campanha, não se não deram conta; nem nós, nós só fomos ver essa maquinação que foi feita, depois, depois!

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): O Sr. Assis Olegário está com a palavra.

SR. ASSIS OLEGÁRIO: Primeiro, bom dia a todas e a todos, principalmente a categoria municipal, que no dia a dia, no trabalho, sustenta, na ponta, na Educação, na FASC, no DEMA, na Saúde, na fiscalização, na Guarda, o trabalho dessa cidade. O subsecretário... Desculpe, o secretário adjunto apresentou os dados, porque a gente sabe que o orçamento é uma estimativa de receita e despesa; então, vou trabalhar com os dados do Portal Transparência do próprio governo, de 08/10, ou seja, dias atrás. Tem caixa, não é fluxo, hoje, até 08/10 tinha R\$ 759.503.000,00 no caixa da Prefeitura, digamos assim, de uma maneira genérica; portanto, a Prefeitura, apesar de toda a enchente que teve, ela tem recurso no caixa. "Ah! Mas nós não sabemos se a receita vai ser incerta!" O ISS, tudo bem, caiu maio e junho, mas agora em agosto a arrecadação foi R\$ 160.000.000, só inferior a janeiro. Então, o ISS, com as pessoas consumindo, desde material de construção, material de higiene,

limpeza, mobiliário para reconstruir sua vida, ele aumentou. “Ah, o IPTU!” O IPTU, a isenção acaba esse ano, no ano que vem vai ter IPTU também. E a gente sabe que o grosso entra em janeiro, principalmente em fevereiro: IPVA, o grosso, inclusive aqui pelos dados, em janeiro. Além disso, o próprio secretário diz que vai vir uma operação de crédito estimada para aumentar 19%, ou seja, vai ser recurso que pode ser para obras, infraestrutura e o outro recurso pode ser usado para outras questões, ou seja, não vai ter um comprometimento da receita própria ou repasse. Nas discussões, porque o que o governo nos diz? Que nós estamos... Foi suspensa, ele não diz que acabou; então, por isso que eu vou dizer uma coisa no final aqui da minha intervenção. Foi suspensa a negociação salarial – “Ah, por causa da enchente; agora por causa...” Não vamos confundir a campanha eleitoral. “Ah, não tem um aeroporto, está diminuindo o fluxo de turistas que passam por Porto Alegre para negócios, etc.” O aeroporto voltou! Trensurb... “Ah, também é um problema.” Tudo bem, ele voltou parcialmente até a estação Farrapos. Tem que pressionar; o governo tem que ter um papel político de pressionar a empresa Trensurb de acelerar. Existe a discussão se a Folha vai ser vendida, de novo, para Caixa, ou não. É mais um recurso suplementar; portanto, o governo pode, tem que aumentar a receita, não vamos aumentar o IPTU, mas para que isenção para a Fraport e outras grandes empresas. O governo está abrindo mão de recursos próprios para beneficiar grandes empresas. “Ah! Agora o gasto com terceirização pessoal.” Nós estamos vendo, o próprio governo tem que responder: Pousada Garoa, os serviços da rotatividade nas escolas da Abess, em que o monitor fica lá, porque ganha mil reais, mil e cem reais, vai embora. Outros problemas do DMLU, com a terceirização, que troca a empresa, troca, daí não faz a coleta... Então, nós vimos que o problema não é o funcionalismo, como a terceirização, inclusive, péssima – essa poda de árvores, então, é ridícula. Portanto, nós queremos que o governo agora, passada a semana de eleições, retome a negociação salarial, do mês, desse ano, não vamos deixar para o ano que vem, inclusive aí, “Ah, mas nós não temos condições de pagar os R\$ 29,55”. Mas na última assembleia nós fizemos uma contraproposta, que é a inflação do ano passado e os quatro

primeiros meses desse ano, bastante razoável para o governo, não chega nem a 10%. Então, acho que nós queremos apoio de todos os vereadores, não só do campo da esquerda, do como da direita, para retomar, porque na hora de bater palma para o dia do funcionalismo ou de é falar: “Ah, o professorzinho lá...” Não adianta dar só homenagem; nós queremos usar algo concreto, porque, se nós fizéssemos um cálculo grosseiro, em maio de 2016, nós recebíamos R\$ 100,00; hoje, nós estamos recebendo R\$ 71,00. Isso é perda de poder de compra de uma categoria hoje que envolve mais de 100 mil pessoas, inclusive sob o ponto de vista da sua família. Isso é geração de renda, é imposto para o próprio governo. E mais, agora, em dezembro, entram as festas, Natal, e as pessoas consomem, fazem churrasco, fazem isso, compram presente. Então há uma boa estimativa de aumento da receita. Mas, antes de discutir o ano que vem, nós queremos reiterar, e foi palavra do secretário Fantinel no final, para concluir, não podemos lá em novembro rediscutir. Então nós queremos reabrir a mesa de negociação, que foi interrompida em função da questão. (Palmas.) É um absurdo. Nós temos, inclusive, operários do DMAE que hoje o básico é menos do que o salário mínimo, que no ano passado foi corrigido, dois meses, e este ano não foi corrigido. As progressões de 14, 16, que nós discutimos exaustivamente que eram para começar a serem pagas em julho, não foram pagas. Tem o rolo do plano de saúde. Então nós queremos retomar a questão salarial. E eu achei muito tímida, porque os índices – não sou eu, não estou inventando, não é coisa de campanha –, os próprios índices do governo dizem que é positivo. O ISS aumentou a arrecadação, maio, junho, agosto foi R\$ 160 milhões; setembro, R\$ 150 milhões. O IPTU vai entrar bastante, não tem isenção, tem construções. O ITBI também. Então eu não entendo, a Melnick faz aqueles prédios, as construtoras, e está tudo parado lá, não conseguem vender. Isso tudo passado por um projeto especial do Plano Diretor, deturpando o Plano Diretor. É longo, mas é isso o que nós queremos, nós queremos a retomada agora, não só garantir uma negociação de salário independente do governo, que seja votada, porque nós estamos os anos inteiros; pode entrar um governo de esquerda, de direita, de extrema direita, mas nós estamos lá, porque na hora de

segurar o rojão na pandemia, na hora de segurar o rojão em alagamento, somos nós que estamos lá. Inclusive, a maioria da categoria hoje na ponta é de mulheres.

Então é isso, pessoal. Existe margem de discussão para o governo retomar a negociação salarial, e não é salário, é o dissídio, que envolve a questão das progressões, envolve o plano de saúde, envolve essa questão que o próprio Melo ficou chocado no ano passado, que tinha gente que recebeu o básico abaixo do salário mínimo, mas que andou dois meses no ano passado; este ano, não andou.

Então, para concluir, essa é a nossa reivindicação. O Simpa, nós temos 36 anos de existência, e antes associação; então nós sabemos muito bem, a gente negociou com todos os governos. Nós queremos a retomada agora. E a categoria fez uma contraproposta bastante razoável de não chegar aos 29, o que foi apresentado ao governo. Então nós queremos garantir essa retomada. Obrigado.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Está presente o Lino Morsch, é um outro assunto, um outro tema – mas nós vamos te conceder a palavra para que tu possas expor a tua questão. Depois, abrimos para a manifestação dos vereadores; a manifestação dos nossos convidados, do secretário e da Sandra. Depois, abrimos espaço também para o pessoal que está conosco.

SR. LINO MORSCH: Obrigado, bom dia a todos. Eu estou aqui em nome do Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, representando as entidades de Porto Alegre. E a gente vem trazer aqui uma solicitação, porque, reflexo de todo esse momento de pandemia; depois, agora, as enchentes, as nossas crianças da assistência social têm aumentado; a necessidade de suporte, de atendimento para a assistência social tem aumentado. E a gente está em um período quase que de desespero com algumas entidades fechando, já anunciaram fechar as portas no final do ano. Em função de que a gente vem já com um termo de colaboração, há cinco anos, e não teve reajuste; porque já é

protocolo, vamos dizer assim, ter reajuste no momento do edital. O edital era previsto para este final de ano, mas ele não vai acontecer. E a gente esperava que, com esse edital poderia daí ter um incremento no valor meta, porque há cinco anos ele está congelado, inclusive não vem recebendo nem o reajuste dos dissídios das categorias, vem recebendo até menos. Mas, enfim. Com a oportunidade do edital, seria a oportunidade de discutir a questão do valor meta, não vai ter edital, teve um aditamento por dois anos. Então, mais dois anos que as entidades vão ficar esperando para ter esse reajuste e não tem mais como esperar. Tem entidade já nos comunicando, comunicando o fórum que não tem mais como manter o atendimento e, principalmente, no serviço que é aquele que a gente chama de serviço de convivência e fortalecimento de vínculo de 6 a 15 anos, que são aquelas crianças que estão no contraturno escolar. Hoje nós temos 5 mil crianças, em média, que saem do jardim B, que terminam a educação infantil, as creches conveniadas, e que precisariam de vaga ou pelo menos algum espaço de proteção, porque é um público da assistência social. E nós temos hoje menos de 2 mil vagas. Então nós temos aí uma dificuldade muito grande para poder ofertar essa possibilidade. Mas eu quero trazer um pouquinho de alguns números, e convidar o Santo, para explicar na planilha, para gente trazer também um pouco de dados, no sentido de trazer aqui a importância de a gente olhar neste momento, dar esse socorro para as entidades porque já estamos num estágio de colapso de algumas entidades. Nesse sentido, gostaria do apoio dos vereadores. Rapidamente vou passar a palavra para o João Guilherme, tu estás aí com o microfone?

SR. JOÃO GUILHERME NERVA FIGUEIREDO: Bom, bom dia a todos, todas e todes. A gente tem uma questão gente dessa relação de colapso, que a gente está entrando, que é o seguinte: a gente tem, dentro da rubrica da FASC, para o atendimento a crianças de 6 a 18 anos, e ali envolve tanto PCDs quanto o incremento no início da vida profissional, introdução ao mundo do trabalho. A gente tem, se fossemos pegar o valor por atendimento, uma média hoje de 2024, de R\$ 523, só que quando tu tens um repasse muito maior para a relação de

PCDs e para a relação de instrução ao mundo do trabalho, o atendimento às crianças de 6 a 15 anos acaba ficando na casa de R\$ 350 por mês. Isso é uma decadência tão grande, que hoje em dia, muitas instituições estão entregando. E é importante lembrar que essa criança que a gente fala, que é o público da assistência social, é aquela que já possui dificuldade com a escola, é aquela que já vem de famílias desestruturadas. E quando essa criança não tem um atendimento do serviço de convivência, a família não trabalha; ela não tem com quem deixar, ela não trabalha, e isso afeta toda a escala produtiva do Município. Essa mesma criança, essa mesma família, quando não consegue ser atendida, ela cai na criminalidade e acaba resultando um investimento, um custo muito maior para o Município, que acaba tendo que atender com o regime semiaberto para o infantil ou às vezes até na relação da própria família que não consegue um emprego formal, porque tem que ter, como está lidando com essa relação, aumento do tráfico de drogas. Então o não investimento preventivo a essas crianças, esse atendimento a crianças de 6 a 15 anos gera uma bola de neve de consequências terríveis para o Município, porque afeta a família, afeta a criança, aumenta a criminalidade. E a gente está com as instituições sem conseguir estar mantendo esse serviço. A gente fez uma proposta aqui em relação à LOA, se a gente pegar outras seis rubricas e tirar 4.8% de cada uma, algo muito pequeno, porque sim é muito importante investir na reconstrução da estrada, mas sem a família, essa estrada vai levar para a prisão; essa estrada não vai levar para o crescimento do Município. As enchentes destruíram as condições de trabalho de muita gente, e o pessoal em situação de vulnerabilidade, é o pessoal que sempre mais sofre. E a gente faz essa proposta para conseguir fazer o aumento para essa rubrica dentro da FASC, porque o que a gente ficou muito surpreso é que a gente vem tentando negociar com a FASC, com o gabinete do prefeito e agora a gente está tentando aqui com os vereadores para ter esse aumento, só que teve uma diminuição do que era previsto na LOA de 2024 para 2025. A gente teve um acréscimo de quase 7% desse investimento, e nós temos esse processo de crise que vai afetar a todos, e já está afetando. Segundo o PPA da gestão atual, o objetivo de atender à demanda era de 80%. Hoje, com os dados que nós

temos, nós não atendemos nem dez. Então é preciso uma grande atenção para isso, e a gente solicita essa sensibilização dos vereadores e também da Prefeitura.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Muito bom. Vocês estão apresentando emenda ao orçamento?

JOÃO GUILHERME NERVA FIGUEIREDO: O preenchimento, o documento para preenchimento de sugestão da LOA ainda não foi liberado pela Câmara. Então a gente fez baseado na LDO e baseado no que nós tínhamos, mas a gente sabe que tem que abrir o formulário que ainda não abriu aqui da Prefeitura. Vamos apresentar, e a gente pede a sensibilização de todos para que a gente consiga cuidar melhor das crianças e adolescentes da assistência.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Nós temos, agora, dia 23, dia 28, dia 30 de outubro e dia 4 de novembro, nós temos os períodos de pauta, período de pauta onde pode falar cinco vereadores em até dez minutos. Durante a pauta é que se pode apresentar as emendas. Dia 4 de novembro. E essas emendas podem ser apresentadas por vereadores ou por entidades, em que três entidade assinam. Depois, no dia 5, o projeto vem para cá, para a CEFOR, até dia 28 de novembro. Vai ser designado um relator, vai ser emitido o parecer no relatório e vai ser aprovado ou rejeitado o parecer. E no dia 28 de novembro é que vai ser anunciado o dia que o projeto vai ser votado. Portanto nós temos ainda um bom tempo. O projeto vai para o plenário, nós já sabemos que um terço de vereadores pode requerer, pedir votação de emendas que tenha parecer rejeitado, a redação final é 13 de dezembro, e o último prazo para encaminhamento para sanção é 15 de novembro. Portanto temos um bom tempo ainda pela frente.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): As emendas sim. Vamos passar a palavra aos vereadores Tiago Albrecht e Roberto Robaina; eu já tenho a inscrição da Cindi e do João Ezequiel; é isso que vocês já solicitaram, para falar. Está inscrito aqui.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Quanto tempo, presidente, eu tenho?

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Cinco minutos.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Bom dia presidente Ferronato, bom dia demais vereadores, bom dia também às entidades representadas, aos segmentos, ao sindicato, à assistência desta reunião, também ao pagador de impostos que nos assiste pela TVCâmara. É realmente um momento importante do nosso Município, Ver. Ferronato, presidente desta comissão, um momento importante a discussão da alocação do suado dinheiro do pagador de impostos, daquelas pessoas que estão na ponta gerando riqueza, gerando renda, realmente fazendo com que a máquina pública possa ser subsidiada, possa prestar o seu serviço, possa entregar na ponta aquilo que se espera com o dinheiro que é captado via imposto, via taxa e assim por diante.

Acho que as demandas são legítimas, tanto do Simpa como também das entidades. Cabe ao governo, no caso do Simpa, fazer essa negociação. É importante lembrar que existe o máximo constitucional para gastos com custeio de folha, e até chegar nesse máximo de 52% existem outros gatilhos que, à medida em que você vai aumentando o gasto, você congela outros gastos da folha. Então, nem sempre é um xadrez, nem sempre é uma decisão fácil, portanto, secretário Caldas e secretária Sandra, nem sempre é uma decisão apenas política; tem também uma questão legal e constitucional. Então, acho que é o bom debate; o Ver. Ferronato passou aí todo o cronograma que será feito, a população está absolutamente convidada a participar; tem a possibilidade das emendas populares, como já antecipado pelo pessoal das entidades, do

fórum, então, que façamos esse debate. Nós, da CEFOR, vamos fazer o trabalho em comissão, depois vai direto ao plenário, e cada um dos 36 vereadores vai também colocar a sua digital literalmente, quando habilitar o seu voto, vai poder colocar a sua digital para poder votar, aprovar ou desaprovar, enfim, dentro do processo legislativo. Espero que a gente possa fazer esse bom trabalho na reconstrução da cidade, reconstrução de equipamentos públicos, reconstrução da vida de muitas pessoas. O próprio calor que nós estamos passando essa manhã aqui ainda é fruto da enchente; não foi consertado ainda o ar condicionado, porque a demanda é muito grande. A empresa recém agora conseguiu terminar outros tribunais para chegar aqui com o prazo até 18 de novembro. Então, vejam que a enchente ainda não passou, nós ainda temos desdobramentos desse processo. Sem mais para este momento, presidente Ferronato, agradeço pela atenção.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Muito bom. A palavra com o Ver. Roberto Robaina.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Muito obrigado, presidente Ferronato. O tema do orçamento, nós, de uma certa forma, estamos cumprindo um pré-requisito formal aqui, porque o debate com a sociedade, é incrível, embora nós estejamos num período eleitoral, mas o debate com a sociedade não foi feito sobre o orçamento. E o governo atual, de uma certa forma, está tentando tomar a eleição, e não deixa de ser verdadeiro que a eleição é um julgamento do governo, e nós estamos em pleno processo eleitoral, domingo é o segundo turno. No primeiro turno, para a minha infelicidade, no caso, os temas mais ligados ao descalabro administrativo do governo Melo, à corrupção, ao descaso com serviço público não foi o eixo de campanha, então, o Melo passou para o segundo turno, de uma certa forma, incólume, embora tente tomar isso como absolvição. Só no segundo turno, entraram esses temas e, de certa forma, tarde, porque o segundo turno é muito curto. Digo isso por que? Porque é lógico, e eu entendo o Assis, porque o Assis está cumprindo o papel necessário como

liderança dos servidores, de insistir na necessidade da pauta do dissídio ser retomada assim que termine a eleição. Eu reclamei, inclusive, na discussão do plano, porque o plano não previa a possibilidade de ter um novo governo, então o governo novo teria que atuar com o orçamento antigo, não teve uma discussão. Mas isso é da lógica, porque, em geral, o governo que assume, mesmo o novo, acaba tendo que cumprir o orçamento do governo anterior; o primeiro ano sempre é assim. Eu vejo, Assis, nesse caso, embora... Bem, vamos ver o que vai ser o resultado das urnas, eu espero que ainda não confirme o que ocorreu no primeiro turno, de toda forma, pelo primeiro turno, ficou evidente que tiveram muitos servidores... Eu acho que devem ter tido até servidores que votaram em ti, viu Tiago? Embora tu sejas um ideólogo do neoliberalismo, eu acho que deve ter tido servidor público...

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Agradeço o voto, mas não ponha palavras na minha boca, vereador.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Tem que agradecer. Por que eu digo isso? Porque é lógico que não foram todos os servidores que votaram contra o Melo. Não foi todo mundo, então, eu não acho que o governo Melo, caso o Melo vença, não têm que tomar os servidores, esse caso como um bloco totalmente... Tem que abrir negociação. Eu acho que o apelo pela abertura da negociação, ele é lícito, ele é necessário. Por quê? Porque há uma necessidade, há um reajuste que não foi, é antigo de governos anteriores também. Então eu vejo que o governo utilizou a enchente para dizer que não tinha mais condições de seguir negociando, agora na eleição também acaba não continuando a negociação, mas terminando a eleição, inclusive antes da posse de um novo governo, eu acho que a questão de abrir a negociação é fundamental. Eu não sei se vocês têm essa discussão no núcleo do governo. Então o apelo que o Assis faz me parece justo, porque nós precisamos, independentemente de qual governo nós tivermos, a luta para que nós tenhamos um serviço público de qualidade vai seguir, independentemente do resultado eleitoral. E eu acho que,

neste caso, do ponto de vista ideológico, não tem que ter um impedimento por parte do governo de fazer isso. Então eu queria fazer esse apelo, reforçar esse apelo, porque eu acho que ele é necessário para todos, independentemente do que cada um pensa em relação à disputa da Prefeitura.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSD): Muito bom. Nós vamos passar a palavra para a Cindi, depois o João Ezequiel, e depois passamos para o nosso secretário e para a Sandra.

SRA. CINDI SANDRI: Eu sou diretora-geral do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre, que está representado aqui, com certeza, na sua grande maioria, neste plenário. Eu queria só fazer uma primeira consulta para poder contextualizar a minha fala aqui. Tem alguém aqui que é representante de empresa construtora da cidade? Imobiliário? Tem alguém? Não. Eu queria confirmar essa informação porque eu quero acreditar que o que está acontecendo aqui nesse plenário é uma tentativa de sensibilizar os vereadores, sendo que infelizmente o governo municipal não se sensibilizou com a parte de baixo da pirâmide. Não tem nenhuma representação aqui de quem está contemplado na LOA, de quem já foi contemplado na LDO. Nós estamos aqui trazendo de novo a discussão que a gente fez para a LDO, onde a nossa emenda foi rejeitada para a reposição da inflação, que já chega a quase 30%, portanto são 30% a menos de valor no nosso salário, desde 2016. O governo Melo está cansado de ouvir a gente falar sobre isso, recapitular, recalculer e mostrar que isto é um fato, não é uma versão, não é uma interpretação. Nós estamos aqui, de novo, depois que a emenda que nós apresentamos na LDO foi rejeitada pela maioria da bancada do governo municipal, porque independentemente do que vai acontecer no ano que vem, vai voltar a LOA com a mesma composição. Então o que a gente gostaria de fazer aqui hoje é sensibilizar os vereadores da CEFOR com esta qualificação presencial que nós temos aqui, e sugerir que façam essa reflexão com o conjunto dos outros vereadores de que não é possível imaginar esta cidade sem investimento na parte de baixo da pirâmide, como já foi dito pelo

FMDCA, que está aqui na mesa e não é por acaso, como está sendo dito por nós, incansavelmente e incessantemente. Não existe mais interesse de ser municipalista em Porto Alegre. Sabem vocês que há vagas que sobram em concursos abertos pela Prefeitura. Ao mesmo tempo, como a visita que eu fiz a uma escola, no mapa da enchente, no Sarandi, na Vila Elisabeth, ontem, o professor de português ainda está faltando no 6º ano. Nós estamos em que mês? Final de outubro, início de novembro, não tem português lá. O que está acontecendo com os alunos? Provavelmente estão se caracterizando como situação de vulnerabilidade, daqui a pouco é assistência social que tem que atender, mas a assistência social não atende porque não tem gente nem na Prefeitura nem nas conveniadas para poder dar esse suporte, esse apoio. A saúde está toda terceirizada, vejam o quanto o prefeito está tendo que responder nesse período eleitoral sobre fila, sobre falta de atendimento e tal. E eu vou trazer para nós, municipalistas, a situação do nosso plano de saúde com o centro clínico gaúcho. O tamanho da novela mexicana, e com todo respeito aos mexicanos e às mexicanas, que está acontecendo no trato sobre esse assunto. Eu vou pedir licença para ser sincera e dizer que há, sim, não uma incompetência do governo, mas uma falta de interesse do governo de tratar essas pautas de forma prioritária. E está ali apontado na LOA, está ali escrito na LoA, anunciado na LOA. O Assis diz bem: não é falta de recursos, é para onde o recurso pretende ser apontado para o ano de 2025. Não falta para as grandes empresas, não falta para a empresa Viamão, que recém comprou a Carris por meia dúzia de pilas. Gente, eu moro em Porto Alegre desde 1980, eu nunca tinha visto ônibus incendiados do jeito que incendeiam nas ruas da cidade! Quebrar do jeito que quebram, nunca tinha visto nada parecido com isso! E é isso que está acontecendo em Porto Alegre, é o desmonte do serviço à população que mais precisa. A população que mais precisa não tem dinheiro para comprar aquele apartamento lá do lado do BarraShoppingSul que tem uma praia particular, ela não tem dinheiro para fazer isso ela só vai passear no domingo se tiver passe livre; como não tem, não vai mais. Essa é a situação que nós, servidores do Município, atendemos e nos deparamos todos os dias no atendimento que a

gente faz. Falta servidor na saúde, olha a situação do HPS, vocês viram o que aconteceu no último período; olha a situação de todos os postos de saúde; a FASC não tem mais servidor, praticamente; o DMLU, a situação do DMLU, o que são esses contêineres de lixo, gente, o que é isso? Onde estão os servidores o DMLU? Não existem mais, não existem! Mas nós temos agora – para concluir, vereador, definitivamente –, e foi publicado em edital público ontem, um convênio, um acordo, uma parceria, com... Como é o nome do instituto? Instituto Caldeira, até 2025, um monte de dinheiro, milhões de reais! Para os que tem a previsão de se incluir na LOA, tem dinheiro, mas nós estamos dizendo que nós precisamos que outros sejam incluídos, inclusive o servidor, que, como o Assis bem lembrou, tem uma parcela que não ganha nem o salário mínimo como vencimento básico.

É isso que a gente gostaria de trazer para cá para sensibilizar os vereadores e as vereadoras quando votarem a LOA 2025.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): A palavra está com o nosso querido amigo João Ezequiel. Três minutos, João.

SR. JOÃO EZEQUIEL MENDONÇA DA SILVA: Bom dia a todas e todos os colegas que estão aqui presentes, firmes na luta; um bom dia aos vereadores e vereadoras e aos representantes do governo. Quero dizer o seguinte, em primeiro lugar, que não precisa ser economista para entender que um orçamento em que nós tivemos vários episódios de corrupção na educação, em que a secretária foi presa, nós tivemos o incêndio na Pousada Garoa, onde o governo, apesar do incêndio, apesar dos mortos, renovou o contrato, nós tivemos escândalos de corrupção no próprio DMAE, temos rolos já aparecendo no DMLU, na saúde, agora com o Hospital da Restinga, gente, não precisa ser economista para saber que todo esse dinheiro que vai para o ralo da corrupção poderia estar nos investimentos na própria saúde, na educação e na valorização das servidoras e dos servidores públicos municipais, que, aliás, vêm sendo muito, mas muito maltratados neste governo Melo. Nós temos que dizer o nome

e o sobrenome, e dizer o endereço, porque a Prefeitura, esta gestão do governo Melo vem, sim, virando as costas aos servidores e servidoras municipais de Porto Alegre, tanto que orienta a sua base governista aqui na Câmara para votar contra uma emenda nossa, do Simpa, que não obriga o prefeito a fazer nada, mas prevê a reposição inflacionária, minimamente. Gente, vamos lá, já foram aprovados, para 2025, 62% de aumento no salário do prefeito e nisso entram também os secretários – os secretários! Então, são dois pesos e duas medidas: para as servidoras e os servidores não pode ter a previsão nem na LOA, nem sequer nas diretrizes. O que sinaliza isso? O governo sinaliza que realmente não quer negociar tanto que suspendeu as negociações, e, olha só, as servidoras e os servidores, aqueles que estiveram na linha de frente, arriscando as suas vidas, lá, atendendo a população no período da pandemia, porque o governo fala que começou a sua gestão na pandemia, está terminando a sua gestão na enchente. Pois, em ambos esses episódios, esses eventos horrorosos, por que passaram a população gaúcha e porto-alegrense, em ambos esses eventos, estavam lá as servidoras e os servidores arriscando a própria vida para atender a população, e essa é a consideração que a gente recebe deste governo. Então é óbvio que a nossa fala aqui tem que ser uma fala forte, propositiva, porque também para trazer um alerta à Câmara de Vereadores: como é que vai ser isso? As servidoras e os servidores então terão mais um ano sem reposição, porque já tivemos quatro no governo Marchezan, já estamos com duas – não se iludam –, já são duas no governo Melo. Então a ideia é suspender qualquer tipo de reposição inflacionária às servidoras e aos servidores. Como colocou o Assis aqui, Ver. Ferronato, presidente desta comissão, nós colocamos em assembleia para aprovação e foi aprovada, a categoria aprovou uma mediação de negociação que previa o ano de 2023 e mais os quatro meses de 2024 – janeiro, fevereiro, março e abril –, e o governo simplesmente recusou essa proposta. Foi uma proposta bem construída, difícil de trabalhar, difícil de aprovar. Então, presidente Ferronato, é óbvio, a gente deixa aqui, primeiro, a nossa indignação pela forma com que o governo Melo vem tratando esta categoria e faz um apelo aos vereadores, que não é possível! Todo mundo tem aumento e aí não é

reposição inflacionária, o prefeito tem aumento de 62%; os secretários, mais de 30%; os vereadores também; e os servidores não! Então, por favor, gente, vamos olhar pelo menos um pouco para essa categoria que arrisca sua vida todos os dias, atendendo a população. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Muito bom. Passamos agora a palavra ao Bruno, podes fazer as tuas considerações sobre tudo que foi falado. (Pausa.) Bom, tu queres falar também depois?

SR. BRUNO CALDAS: Qualquer coisa, ela pode fazer um aparte, alguma coisa que precisar da receita. Não tem problema. Bom, primeiro, eu queria...

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Cinco minutos, está bem?

SR. BRUNO CALDAS: Cinco minutos? Foram quantos? Foram cinco, dez, quinze, vinte, vinte e cinco, trinta, trinta e cinco minutos de ...

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Não, não.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. BRUNO CALDAS: Vamos sintetizar, então.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Não, o pessoal da plateia falou três minutos, então, tu tens que diminuir quatro minutos ainda.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. BRUNO CALDAS: Bom, pessoal, com relação às demandas do Simpa, com relação às mesas de negociação, eu participei de diversas ao longo dos últimos anos, com o Simpa, com o secretário André Barbosa, que era da Administração,

com secretário da Fazenda, o Rodrigo Fantinel, com diversos representantes do Simpa, desde 2021, 2022, 2023 e agora em 2024. Eu lembro que nós fizemos, sim, reposições salariais dentro do possível...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. BRUNO CALDAS: Oriundas da inflação do governo Melo. Eu lembro e vocês lembram disso, o acordo foi com vocês. Em 2022, a gente repôs 21; em 2023, nós repusemos 2022, em 2024, nós estávamos negociando, fizemos parte da reposição em 2024, no vale, vamos falar, no vale, e nós estávamos para implementar e negociar com vocês as próximas etapas e entrou a enchente. Então, nós possuímos diversas frentes, vocês sabem disso, estavam juntos lá de nós, vocês inclusive entenderam quando nós suspendemos a negociação durante a enchente, maio e junho, não tinha clima, não tinha nenhuma expectativa de que isso fosse possível durante o momento em que a cidade passou. A cidade ficou 30% alagada, 50% dos CNPJs foram impactados. Muitas pessoas foram indiretamente impactadas e perderam emprego. Perderam o emprego, ficaram sem renda, ficaram sem casa e são pessoas que precisam do apoio da Prefeitura, não são pessoas que estão pedindo reajuste, estão pedindo ter o mínimo de sobrevivência. Então isso nós estamos fazendo e nós estamos colocando na LOA. Ao longo do governo, nós aumentamos o serviço para a população. Nós entregamos mais de 400 casas, via bônus-moradia. Nós aumentamos os serviços de prestação de serviço de limpeza urbana. Nós aumentamos o asfalto; nós aumentamos as obras, fizemos os viadutos – tudo isso estava no orçamento. E, ao mesmo tempo, nas entregas dos orçamentos, nos últimos anos, nós, de fato, demos a reposição inflacionária. Então isso é importante. Com relação ao futuro, vamos retomar a conversa? Com certeza, nós conversamos todos os anos e não vai ser agora que vamos deixar de conversar. Eu acho fundamental que a gente consiga sentar com o Simpa e demonstrar para vocês a boa vontade que nós temos, sim, de levar em consideração tudo que foi feito durante os últimos anos, como nós já fizemos.

Com relação ao que o Ver. Robaina mencionou, ele está certo: nós temos que reabrir a mesa, temos que fazer o diálogo com relação a LOA. O momento de discussão pública da LOA é esse momento em que é enviado para Câmara, tem oportunidade de emendas, tem a oportunidade desta audiência pública. Então, tudo isso faz parte do controle social e nós pretendemos manter como mantemos nos últimos anos.

Queria mencionar também a questão do Fórum das Entidades. Eu acho extremamente legítima a demanda de vocês, tivemos uma reunião na semana passada. O secretário de planejamento, o secretário Schirmer é extremamente sensível a isso, eu também sou, eu me lembro que, quando eu estava na Fazenda, em 2021, nós demos algum reajuste para vocês, mas tenho certeza que a manutenção dos reajustes é fundamental para a expansão do serviço. Eu entendo que existe dificuldade especialmente no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, que é um valor por meta que está considerado defasado em relação aos outros serviços. Então é legítimo vocês colocarem uma emenda e tentarem aprová-la. Nós vamos analisar, dentro do orçamento, a possibilidade de remanejamento e ver se é possível, sim, fazer essa composição, inclusive sentar com você, sentar com o vereador-relator, para que a gente possa fazer o ajuste dentro do possível, dentro da LOA, com certeza estamos abertos a essa discussão. Eu acho que é isso, não é, vereador? Eu fiquei dentro dos minutos?

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Ficou! Então, nós queremos, se não há mais inscritos, agradecer a presença de todos e todas. Quero dizer da importância da nossa reunião de hoje, a nossa audiência. Eu acho que fizemos dois encaminhamentos importantes, além da nossa exposição sobre os números, que foi a questão, Lino, da manifestação do secretário com relação à necessidade de sensibilidade, avaliando de que maneira se pode atender, ao menos minimamente, a tua demanda, que é uma demanda não tua, mas da sociedade. E também eu vejo positiva a disposição do secretário Bruno de nós sentarmos com o Simpa para tratar das questões da reposição, que acho

fundamental também. Portanto, um abraço a todos. Bom dia, bom revê-los e revê-las, um abraço e fico às ordens aí. Obrigado.

(Encerra-se a reunião às 11h26min.)

TEXTO SEM REVISÃO